



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

# **TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SISTEMAS**

**PREVIDENCIÁRIOS MUNICIPAIS**

**(ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O FORMULÁRIO PREVIDENCIÁRIO)**

***DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS***

**Anexo I da Instrução Técnica nº 26/2004**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O FORMULÁRIO PREVIDENCIÁRIO

### EXERCÍCIO DE 2003

1. O Formulário deve ser enviado via correio, através de ofício de encaminhamento, assinado pelo Representante legal da entidade.
2. O preenchimento deve ser feito via computador ou à máquina de escrever, caso não seja possível da primeira forma. Não serão aceitos, formulários manuscritos e/ou rasurados.
3. A data de envio do formulário não será prorrogada, sendo considerado como **Irregularidade Formal** aqueles Municípios que não encaminharem os formulários na data correta. Se a data de entrega não for dia útil, considera-se, como nova data, o dia útil subsequente.
4. Documentos adicionais, que venham a ser juntados à composição original, devem ser inseridos após os itens que tratam do mesmo assunto.
5. Todo o Formulário Previdenciário deve ser preenchido de forma correta, completa e detalhada, de forma a subsidiar a análise técnica a ser efetuada.
6. O formulário compõe-se de:
  - a) Informações Gerais – a ser preenchido somente por aqueles Municípios que são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social ou que possuam regimes próprios e os extinguiram.
  - b) Questões Municipais – a ser preenchido somente por aqueles Municípios que possuem Regimes Próprios de Previdência Social. Este item deverá ser preenchido observando os critérios adotados pelo Município, sendo de responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal.
  - c) Avaliação Atuarial - a ser preenchido somente por aqueles Municípios que possuem Regimes Próprios de Previdência Social. Este item deverá ser preenchido observando os critérios atuariais contidos na Avaliação Atuarial, encaminhada ao Município, pelo atuário responsável.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## I – ORIENTAÇÃO TÉCNICA

### Parte 1 – Informações Gerais

- a) No item 3, solicita-se a anexação da lei de extinção e qualquer outro documento pertinente à questão, **mesmo para aqueles Municípios que extinguiram seus fundos em data anterior a 2003.**
- b) No item 8, informar quanto o Município possui de despesa com o pagamento das aposentadorias e pensões que ficaram sob sua responsabilidade, após a extinção do fundo.

### Parte 2 - Questões Municipais

- a) No item 12, explicitar como o ente federativo está regularizando o déficit técnico, isto é, se está realizando aportes, qual o valor destes aportes, se são mensais ou anuais ou alguma outra informação que considerar necessária.
- b) No item 13, o preenchimento dos dados deve discriminar o patrimônio do fundo em bens imóveis (considerar o valor em reais), caixa e banco e o total deste patrimônio, que é a soma dos valores dos bens imóveis, caixa e banco.

### Parte 3 - Avaliação Atuarial

- a) A observação constante no preâmbulo deste item é de fundamental importância. Para isso, o Plano de Custeio está subdividido em A e B, caso haja necessidade do preenchimento com os cálculos atuariais necessários para abranger todo o exercício financeiro de 2003. A tabela abaixo exemplificará melhor a forma de preenchimento do Plano de Custeio:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

<b>Data do cálculo</b>	<b>Validade</b>	<b>Preencher</b>
Dezembro/2002	Janeiro a dezembro/2003	Plano de Custeio A, deixando o Plano de Custeio B em branco.
Março/2003	Abril/2003 a março/2004	<u>Plano de Custeio A</u> – <b>cálculo anterior</b> , que possua dados dos meses de janeiro a março/2003. <u>Plano de Custeio B</u> – cálculo encaminhado com data de março/2003
Setembro/2002	outubro/2002 a setembro/2003	<u>Plano de Custeio A</u> – cálculo encaminhado com data de setembro/2002. <u>Plano de Custeio B</u> - <b>Cálculo posterior</b> , que possua dados dos meses de outubro a dezembro/2003

Deve-se, também, observar a data da realização do cálculo e qual o período que ele abrange.

- b) No item 1, do Plano de Custeio, solicita-se o valor da reserva matemática encontrada na data do cálculo, necessária para manter o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio.
- c) Os itens 4, 5 e 6, do Plano de Custeio, dizem respeito ao custo adicional ou compromissos especiais que o Município possui para com o fundo. Deve ser informado de que forma este custo adicional ou compromisso especial deve ser financiado (item 4), qual o valor das parcelas, que deverá ser explicitada se é anual ou mensal (item 5) ou, se a amortização for através de percentual contributivo adicional, além da contribuição normal, sobre qual valor o percentual deverá ser aplicado (folha de pagamento, por exemplo), qual o resultado deste valor e de que forma deverá ser aportado ao fundo; se mensal ou anual.
- d) Com relação ao item 7, deve-se discriminar o que compõe o patrimônio do fundo (bens imóveis, caixa, banco ou outros) e qual é este valor.
- e) Os itens 8 e 9, dizem respeito ao valor do déficit técnico do fundo, se houver, que é a diferença entre as reservas matemáticas encontradas e o patrimônio do fundo. Caso o fundo possua déficit técnico, informar qual o seu valor e de que forma deve ser amortizado, isto é, se é através de compensação previdenciária, aportes adicionais, que poderão ser mensais ou anuais ou outro, determinado pelo atuário responsável.